

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.408 - RS (2019/0083445-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **GIACOMINI E VALDEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**
ADVOGADOS : **VINÍCIUS LUDWIG VALDEZ - RS031203**
 DANI LEONARDO GIACOMINI - RS053956
RECORRIDO : **PAUTA DISTRIBUICAO E LOGISTICA S.A**
ADVOGADO : **PAULO SERGIO SCHVEITZER - SC021184**
INTERES. : **DIGIMER PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**
ADVOGADO : **FELLIPE BERNARDES DA SILVA - RS089218**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GIACOMINI E VALDEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. FIXAÇÃO.

1. Por força do princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do litígio deve arcar com as despesas dele decorrentes, impõe-se a condenação da parte agravante ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que foi instaurada litigiosidade entre as partes.

2. Verba honorária fixada por equidade, nos termos do Art. 85, §8º, do CPC.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO" (fl. 148 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustenta, além da divergência jurisprudencial, violação dos artigos 489, 85, § 2º, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz omissão e falta de fundamentação no julgado.

Menciona que não há falar em valor fixado a título de honorários advocatícios por equidade, devendo ser aplicado o § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Contrarrazões às fls. 252/266 e-STJ.

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 284/287 e-STJ), assim se manifestou:

"(...)

O presente recurso versa exclusivamente sobre pedido de revisão dos honorários advocatícios, os quais, embora tenham sido fixados nos autos da ação de recuperação judicial, não justifica a intervenção do Ministério Público, ante a disponibilidade do direito em

questão.

Assim, identificada a natureza da lide e a qualidade das partes, não se vislumbrando quaisquer das hipóteses do artigo 178 do novo CPC (Lei nº 13.105/2015) e não revelando a matéria versada sobre tema que permita entrever a necessidade de intervenção ministerial, a teor do regramento constante dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, como dito alhures, a manifestação do Ministério Público Federal quanto ao mérito é despicienda" (fl. 286 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece parcial provimento.

Quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

No mais, a Segunda Seção desta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial nº 1.746.072-PR, decidiu que **o § 2º do art. 85 do CPC/2015 constitui a regra geral** no sentido de que os honorários sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou do valor atualizado da causa.

Destacou que **o § 8º do art. 85 do CPC/2015 é norma de caráter excepcional**, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, permitindo, assim, que a verba honorária seja arbitrada por equidade.

Na ocasião, o Ministro Raul Araújo, relator para o acórdão, apresentou as seguintes conclusões:

“(...) a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado”.

(...) a equidade prevista pelo parágrafo 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa" (grifou-se).

Eis a ementa do acórdão:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido" (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro

RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

No presente caso, a sentença julgou extinto o incidente de habilitação de crédito, sem condenação em honorários (fls. 89/90 e-STJ). O tribunal de origem, por sua vez, deu parcial provimento ao recurso, para fixar os honorários advocatícios por equidade, conforme o fundamento transcrito:

"(...)

O arbitramento da verba honorária em percentual sobre o valor da causa perfaz mais de R\$20.000,00, ocasionando excessiva oneração à parte adversa, em contrapartida a um beneficiamento injustificado dos advogados da recuperanda, haja vista a atividade profissional desenvolvida no feito.

Assim, considerando que não houve condenação, e em observância à natureza da causa, ao grau de complexidade da demanda e ao trabalho desenvolvido, fixo os honorários no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), com base no art. 85, §8º, do CPC, importância que deverá ser corrigida monetariamente, de acordo com a variação do IGP-M a partir da data deste julgamento.

Isso posto, dou parcial provimento ao agravo de instrumento, a fim de fixar verba honorária em prol do patrono da parte agravante, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), nos moldes acima" (fls. 154/155 e-STJ).

Entretanto, como o julgado foi proferido na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deve realizar-se de acordo com as normas desse diploma processual. No caso em exame, portanto, deve-se utilizar o valor da causa (R\$ 230.000,00 - fl. 10 e-STJ).

A esse respeito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. POSSIBILIDADE. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.

1. Ação declaratória de nulidade de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização por danos materiais.

2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e

fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.

4. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.

5. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedente da 2ª Seção.

6. Agravo interno não provido"

(AgInt no AREsp 1.539.823/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019).

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para fixar os honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator